

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**Órgão ou Entidade: EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A.**

**Contrato nº(de origem): AIS/AH/5045/01/2012**

**Objeto: Prestação de serviços de Administração e Fornecimento do Auxílio Refeição/Alimentação e Auxílio Alimentação (cesta básica) em forma de cartão eletrônico/magnético refeição/alimentação e cartão eletrônico/magnético alimentação (cesta básica) e respectivas senhas, destinados aos empregados da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A.**

**Contratante: EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A.**


**Contratada: Trivale Administração Ltda.**

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo,

**Pela EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A.**

  
**Paulo Roberto Fares**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores

  
**Ricardo Daruiz Borsari**  
Diretor Presidente

**Pela Trivale Administração Ltda.**

  
**Vanessa Ribeiro Santos**  
Analista de Mercado Público



**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. AIS/AH/5045/01/2012**  
**EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.**  
**Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312**  
**CEP: 04447-011 - São Paulo - SP**  
**CNPJ: 02.302.101/0001-42**  
**Inscr. Est. 115.026.483-117**

**CONTRATADA: Trivale Administração Ltda.**

**ENDEREÇO: Rua Machado de Assis, 904 - Centro - Uberlândia - MG**

**C.N.P.J 00.604.122/0001-97**

**INSCR. ESTADUAL: 001756068.00-20**

#### **CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO**

Prestação de serviços de Administração e Fornecimento do Auxílio Refeição/Alimentação e Auxílio Alimentação (cesta básica) em forma de cartão eletrônico/magnético refeição/alimentação e cartão eletrônico/magnético alimentação (cesta básica) e respectivas senhas, destinados aos empregados da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A., conforme Especificação Técnica, Anexo I deste contrato.

§1º - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.

§2º - O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário;

§3º - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, respeitadas as condições prescritas na Lei 8.666/93, e suas alterações.

§4º - Os casos omissos no presente contrato administrativo regem-se pela Lei Federal nº 8.666/93 aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO**

O valor deste contrato é de **R\$9.424.239,36**, (nove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos), base Janeiro/2013, na condição à vista, conforme demonstrado na Planilha de Quantidades e Preços, Anexo II, deste instrumento.

#### **CLÁUSULA 3ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) de acordo com os itens constantes do **ANEXO II – PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS** deste contrato, desde que a prestação de serviços tenham sido aceitas pela EMAE.

§1º. - O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados à partir da data de apresentação da Nota Fiscal fatura ou do período de adimplemento de cada parcela.

§2º. - Para efeito do disposto no § 1º, desta cláusula, considera-se como adimplemento de cada parcela a prestação dos serviços, a emissão dos documentos de cobrança, bem como a apresentação à EMAE dos documentos a seguir relacionados, todos referentes ao mês da prestação de serviço:

a) Relação nominativa dos empregados utilizados nos serviços objeto deste contrato, acompanhada da folha de pagamento individualizada onde conste apenas os nomes desses empregados e respectivo(s) comprovante(s) de pagamento(s) de salário(s) mensal;


b) Cópia autenticada da guia do FGTS, comprovando o recolhimento sobre os salários dos empregados envolvidos na prestação dos serviços.

c) Para os casos de prestação de serviços de qualquer natureza, constantes da "Lista de Serviços anexa à Lei Complementar n.º 116, de 31.07.2003", exceto aqueles sujeitos ao ICMS, cópia autenticada da guia de recolhimento do ISSQN observando, em relação a este tributo, o disposto na referida lei no que se refere à definição do Município competente para exigí-lo.

d) O documento de cobrança respectivo e os demais documentos exigidos deverão ser entregues, improrrogavelmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação de serviço.

  
**Paulo Roberto Fares**

Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores

  
**Ricardo Daruiz Borsari**  
Diretor-Presidente



Confere com minuta vistada pelo Departamento Jurídico

§3º. - As faturas, duplicatas e quaisquer títulos aceitos pela **CONTRATANTE**, referentes ao presente contrato, serão pagas por meio de crédito na conta corrente da **CONTRATADA** do **Banco do Brasil S/A. Agência 2591-7 nº 6394-0**.

§4º. - Os serviços executados em desacordo com as Especificações Técnicas do Anexo I deste instrumento, não serão aceitos pela fiscalização.

§5º. - A **CONTRATADA** será orientada pela fiscalização da **EMAE** quanto aos procedimentos de emissão de faturamento e documentos de cobrança, observando que neles deverá vir discriminada e destacada a parcela relativa à mão-de-obra, nos termos do Anexo II do presente instrumento, para fins de apuração do valor da retenção de 11% (onze por cento) a ser recolhido pela **EMAE** ao INSS, quando devida.

§6º. - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma, para o atraso, haverá incidência de correção monetária sobre o valor devido, pelo índice da TR (Taxa Referencial) pró-rata, divulgado pelo Banco Central.

§7º. - O vencimento de cada fatura será fixado de acordo com a(s) condição(ões) de pagamento estipulada(s) nesta cláusula.

§8º. - Para liberação do pagamento, a área financeira da **EMAE** consultará previamente, por meio do endereço eletrônico <http://www.fazenda.sp.gov.br/cadinestadual> a situação da **CONTRATADA** no CADIN ESTADUAL. Na hipótese de haver registro de inadimplência em nome da **CONTRATADA** o pagamento não será liberado até a regularização da situação, conforme disposto no Decreto estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008.

#### **CLÁUSULA 4ª - DA RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Em conformidade com o artigo 31, da Lei nº 8.212/91, com suas alterações posteriores, e na hipótese do(s) serviço(s) prestado(s) estar (em) enquadrado(s) no disposto nos artigos 112 e seguintes da Instrução Normativa nº 971/09, alterada pela Instrução Normativa nº 1071/10 a **EMAE** efetuará a retenção da importância correspondente a 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo, devendo o recolhimento ser efetuado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento.

**Parágrafo único**— Se a **CONTRATADA** estiver desobrigada ao recolhimento do INSS deverá fazer prova de tal condição por meio de documento emitido pelo órgão competente."

#### **Simples Nacional**

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional que prestarem serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada não estão sujeitas à retenção previdenciária sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços emitidos, excetuada a ME ou EPP tributada na forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009.

#### **CLÁUSULA 5ª - DA RETENÇÃO DA COFINS, DO PIS/PASEP E DA CSLL E DO IR**

Na hipótese do(s) serviço(s) prestado(s) estar(em) enquadrado(s) no disposto no artigo 30, da Lei nº 10.833/03, bem como na Instrução Normativa nº 459, de 29/10/04, da Secretaria da Receita Federal, a **EMAE** efetuará a retenção da Cofins, PIS/PASEP e da CSLL, no percentual correspondente a 4,65% (quatro vírgula sessenta e cinco por cento), do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo, devendo o recolhimento ser efetuado até o último dia útil da semana subsequente àquela quinzena em que tiver ocorrido o pagamento à **CONTRATADA**.

**Parágrafo 1º** - Na hipótese do(s) serviço(s) prestado(s) estar(em) enquadrado(s) no disposto no artigo 30, caput, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo da retenção da COFINS, PIS/PASEP e da CSLL, será procedida a retenção do Imposto de Renda na fonte das pessoas jurídicas sujeitas a alíquotas específicas previstas na legislação do imposto de renda.

**Parágrafo 2º** - De acordo com o disposto no artigo 1º, da Instrução Normativa nº 765, de 02/08/07, fica dispensada a retenção do imposto de renda na fonte sobre as importâncias pagas ou creditadas a pessoa jurídica inscrita no Regime Especial Unificado de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).



**Paulo Roberto Fares**

Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores



**Ricardo Daruiz Borsari**  
Diretor-Presidente



Confere com minuta vista pelo Departamento Jurídico

**Parágrafo 3º** - Não será efetuada a retenção relativa a COFINS, ao PIS e a CSLL das pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, conforme disposto no artigo 3º, inciso II, da Instrução Normativa do SRF nº 459, de 18/10/04. Para tanto, a microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços deverá apresentar, a cada pagamento, a **EMAE**, declaração na forma do Anexo I, da Instrução Normativa SRF nº 459/2004, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal. A **EMAE** arquivará a 1ª via da declaração, que ficará à disposição da Secretaria da Receita Federal, sendo a 2ª via devolvida ao interessado, como recibo.

**Parágrafo 4º** - De acordo com o disposto no artigo 32 da Lei nº 10.833/03, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.865/04 e pela Instrução Normativa nº 459/04, a retenção supra mencionada não será exigida na hipótese de pagamentos efetuados a cooperativas, relativamente à CSLL.

**Parágrafo 5º** - De acordo com a nova redação dada pelo §3º, do artigo 31, da Lei nº 10.833/03 pelo artigo 5º, da Lei nº 10.925/04, está a fonte pagadora (**EMAE**) dispensada de efetuar a retenção supra mencionada quando os referidos pagamentos forem de valor igual ou inferior a R\$5.000,00 (cinco mil reais). Todavia, ocorrendo mais de um pagamento no mesmo mês à mesma pessoa jurídica, deverá ser efetuada a soma de todos os valores pagos no mês para efeito de cálculo do novo limite.

**Parágrafo 6º** - Caso a **CONTRATADA** esteja amparada por medida judicial que afaste a retenção de uma ou mais das contribuições em questão, deverá apresentar a **EMAE**, a cada pagamento, comprovação, mediante certidão de objeto e pé válida, expedida pelo competente cartório, de que continua amparada por medida judicial, ocasião na qual a **EMAE** calculará, individualmente, os valores das contribuições consideradas devidas, aplicando as alíquotas correspondentes, efetuando o recolhimento em DARF distintos para cada uma delas.

#### **CLÁUSULA 6ª - DO PRAZO**

O prazo contratual será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da autorização expedida pela **EMAE**.

**Parágrafo único** - Este contrato poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente, mediante aditivo contratual.


#### **CLÁUSULA 7ª - DO REAJUSTE DE PREÇO**

Os valores dos vales, poderão sofrer alterações em função de acordos, convenções, dissídios coletivos da categoria dos empregados da **EMAE**, que informará o novo valor à **CONTRATADA**, por escrito, com antecedência de 7 (sete) dias, em relação à data de crédito mensal nos cartões magnéticos de Refeição e Alimentação.

#### **CLÁUSULA 8ª - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL**

**§ 1º** - Constituem obrigações da **EMAE** e da **CONTRATADA**, além daquelas definidas nas Especificações Técnicas, Anexo I, deste contrato:

- a) Manter durante a execução do objeto, todas as condições comprovadas na licitação que deu origem a esse contrato;
- b) Manter os profissionais indicados no item de qualificação técnica participando ativamente da execução das atividades, somente sendo permitida a substituição dos citados profissionais por outros de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada, essa substituição, pela **FISCALIZAÇÃO**;
- c) Comprovar junto à **FISCALIZAÇÃO**, antes do início dos serviços que foram atendidas as exigências de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de que trata a Lei 6.496 de 07/12/77 e Resolução 307 de 28/02/86 do CONFEA, quando aplicáveis, sendo, ainda, também quando aplicáveis, as exigências da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Certidão de Acervo Técnico – CAT, extensivas à subcontratação (desde que permitida expressamente no contrato).
- d) Apresentar à **CONTRATANTE**, no que se refere aos serviços ora contratados, os comprovantes de recolhimentos das obrigações decorrentes da legislação fiscal, trabalhista, previdenciária e fundiária, acompanhados das respectivas folhas de pagamento, mantendo a **EMAE** a salvo de quaisquer reclamações trabalhistas, proclamando sua condição de única empregadora, uma vez que a execução dos serviços contratados não caracteriza qualquer vínculo empregatício com a **EMAE**;

  
**Paulo Roberto Fares**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores

  
**Ricardo Daruiz Borsari**  
Diretor-Presidente



- e) Adotar todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, inclusive quanto à preservação dos bens da **CONTRATANTE** e de terceiros em geral, mantendo a **EMAE** a salvo de quaisquer reclamações de terceiros, proclamando sua condição de única responsável pelos serviços, promovendo e mantendo os seguros necessários para ressarcimento de quaisquer danos a terceiros, ou à própria **EMAE**, causados por atos decorrentes da prestação de serviços contratados;
- f) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal que incidam ou venham a incidir sobre os serviços ora contratados, emitindo notas fiscais e faturas de prestação de serviços na forma prevista pela legislação vigente e, pagar nos respectivos vencimentos, os tributos devidos, respondendo por todas as obrigações fiscais, trabalhistas, sindicais, etc., definidas pela legislação, recolhendo todos os tributos devidos, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- g) Observar todas as normas, mesmo as de caráter administrativo, impostas pela autoridade pública e aplicáveis à execução dos serviços objeto do presente contrato;
- h) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

§ 2º - Correrá sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a adoção de medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, preservação de pessoas, bens de interesses próprios da **EMAE** e de terceiros.

§ 3º - Será de sua inteira responsabilidade, também, o pagamento de todo e qualquer dano que causar dentro ou fora dos limites da execução dos serviços, devendo o mesmo ser feito pela própria **CONTRATADA**, diretamente, mesmo que tenha transferido esse encargo à Companhia Seguradora.

§ 4º - A ocorrência de reclamações consideradas procedentes pela **EMAE**, dar-lhe-á o direito de reter o pagamento à **CONTRATADA** na proporção dos prejuízos verificados.

§ 5º - Na hipótese de danos ou perdas em materiais e/ou equipamentos da **EMAE** ou de terceiros por culpa da **CONTRATADA**, os mesmos deverão ser repostos à suas expensas ou ressarcidos e, nesse caso, acrescidos de taxa de 25% (vinte e cinco por cento). No caso de ressarcimento, a **EMAE**, a seu critério, poderá descontar o valor correspondente em medição.

§ 6º - Caberá à **CONTRATADA** o custo de eventuais passivos trabalhistas gerados durante o período de execução dos serviços deste CONTRATO, assim como qualquer custo decorrente de irregularidades ou ações praticadas por seus empregados e/ou prepostos que contrariarem a legislação vigente.

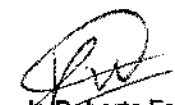
#### **CLÁUSULA 9ª - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

A **CONTRATADA** compromete-se na execução desse contrato, a:

- a) não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e de acordo com o estabelecido na Lei de Aprendizagem.
- b) não permitir a exploração direta ou indireta de mão de obra infantil ou escrava, trabalho forçado ou compulsório, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores.
- c) assegurar a igualdade de oportunidades de acesso ao emprego, não discriminando qualquer pessoa com base em raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, nacionalidade, estado civil, idade ou condição física, bem como implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.
- d) no exercer suas atividades, protegendo e preservando o meio ambiente, prevenindo e erradicando práticas potenciais ou causadoras de degradação, estando sempre as mesmas em total obediência aos atos legais, normativos e administrativos ao meio ambiente, emanados das esferas Federal, estadual e Municipal, em especial, mas não se limitando, ao cumprimento do Decreto Estadual nº 8.468/76, quando se tratar de atividades no Estado de São Paulo, da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais).

#### **CLÁUSULA 10ª - DA FISCALIZAÇÃO**

§1º A fiscalização dos serviços pela **EMAE** não exonera nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais.

  
**Paulo Roberto Fares**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores

  
**Ricardo Daruiz Borsari**  
Diretor-Presidente



§2º A fiscalização da **EMAE** não permitirá que os serviços sejam executados em desacordo com as condições preestabelecidas nas Especificações Técnicas, Anexo I, deste instrumento.

§3º Aplicam-se, subsidiariamente a esta cláusula as disposições constantes da seção IV, do Capítulo III, da Lei 8666/93.

§4º A **EMAE** se reserva ao direito de solicitar a imediata regularização dos serviços que estiverem sendo executados em desacordo com as especificações técnicas descritas no Anexo I deste instrumento. As eventuais substituições, durante o contrato, deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior, sem acréscimo de valor à **EMAE**.

§5º A **CONTRATADA** terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atender às exigências da fiscalização, salvo prorrogação especialmente concedida. Esgotado esse prazo, a **EMAE** poderá promover as medidas que forem necessárias, cobrando da **CONTRATADA** as despesas daí decorrentes, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento, inclusive a rescisão deste contrato.

§6º - A Fiscalização exercida pela **EMAE** terá em especial poderes para:

a) sustar a execução de qualquer serviço que esteja sendo feito em desacordo com este contrato, normas, documentos construtivos ou sua orientação.

O serviço recusado deverá ser refeito ou corrigido às expensas da **CONTRATADA**;

b) decidir qualquer questão, dúvida, omissão ou conflito surgidos em relação aos serviços contratados, inclusive quanto a seus aspectos técnicos. Nos casos omissos nos desenhos e especificações, caberá à fiscalização da **EMAE** fornecer os detalhes e informações necessários para o prosseguimento dos trabalhos;

c) controlar o andamento dos trabalhos em relação aos cronogramas, determinando ou decidindo sobre suas prioridades;

d) acompanhar a execução dos serviços de acordo com este contrato, podendo recusar qualquer trabalho ou material de má qualidade ou que não esteja de acordo com as normas determinadas nos documentos construtivos e especificações;

e) aprovar previamente os processos de trabalhos propostos pela **CONTRATADA**, podendo aceitar, caso constitua melhoria de qualidade ou economia de tempo, alterações na sequência do trabalho;

f) exigir a qualquer tempo a comprovação documental do pleno e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive de mão-de-obra, materiais e terceiros, sob pena de não liberação das medições até a efetivação dessa comprovação;

§7º - Caso a **CONTRATADA** não faça, não corrija, ou não refaça serviços recusados, dentro do prazo determinado pela fiscalização, a **EMAE** poderá fazer, refazer ou corrigir os serviços defeituosos por sua conta ou por conta de terceiros, debitando da **CONTRATADA** esses gastos, na totalidade de 100% (cem por cento), na medição subsequente ao término dos serviços ou de qualquer outra, a critério da **EMAE**. Se o fato se repetir por mais de 03 (três) vezes consecutivas, a **EMAE** se reserva o direito de não mais fazer, refazer ou corrigir os serviços, suspendendo todos os pagamentos devidos a **CONTRATADA**, até a normalização do fato.

§8º - A fiscalização exercida pela **EMAE** não elimina, em hipótese alguma, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela perfeição técnica dos serviços executados, bem como dos materiais empregados.

O fato dos serviços não serem executados de acordo com os documentos construtivos, normas ou especificações, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização da **EMAE**.

Os erros devem ser evitados e caso ocorram, imediatamente corrigidos.

§9º - Os entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não previstos nas especificações ou normas, deverão ser feitos por escrito, sem o que não terão validade.

#### **CLÁUSULA 11 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Qualquer alteração deste contrato, bem como do(s) seu(s) Anexo(s), somente será válida quando formalizada através de competente instrumento legal.

#### **CLÁUSULA 12 - DA RESPONSABILIDADE DOS PAGAMENTOS**

São de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** os pagamentos das verbas e dos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais relacionados com o objeto deste contrato.



**Paulo Roberto Fares**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores



**Ricardo Daruiz Borsari**  
Diretor-Presidente





§1º. - Na hipótese de ação judicial contra a **EMAE**, objetivando exigir desta o pagamento de verbas ou encargos de que trata o "caput" desta cláusula, inclusive os referidos no Artigo 71 da Lei Federal nº. 8666/93 fica expressamente autorizada a **EMAE** a requerer a denúncia da **CONTRATADA** à lide.

§2º. Caso a **EMAE** seja condenada solidária ou subsidiariamente, a **CONTRATADA** se obriga a reembolsá-la dos valores, custas e despesas do processo, independentemente de ação judicial para tal recebimento.

§3º. Os impostos incidentes sobre o objeto do edital são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, devendo obrigatoriamente emitir Nota Fiscal com o valor devido ao respectivo contrato, e se for o caso, a cada prestação de serviço parcial. A **CONTRATADA** deverá comprovar o devido recolhimento, quando solicitado pela Fiscalização.

#### **CLÁUSULA 13 - DAS MULTAS**

O atraso injustificado na execução do objeto deste contrato pela **CONTRATADA** e o não cumprimento de qualquer das determinações dadas pela **EMAE** no prazo fixado na cláusula 10ª, parágrafo 5º, deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), calculada sobre o valor correspondente da parcela em atraso, limitada a 05% (cinco por cento)

§1º A multa a que alude esta cláusula não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

§2º A multa será cobrada por meio de Notificação extrajudicial, aplicada após regular processo administrativo, que poderá ser descontada da garantia do respectivo contrato ou dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** pela **EMAE**, cabendo recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada (se houver), além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§4º - A aplicação das multas não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades prevista no art. 70 e do art. 86, ambos da lei Federal 8.666/93.

#### **CLÁUSULA 14 - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial deste contrato, ensejando sua rescisão, a **EMAE** poderá aplicar à **CONTRATADA**:

a) as sanções previstas no Edital do Pregão nº **AIS/AH/5045/2012**, que deu origem a este contrato.

b) multa de até 05% (cinco por cento), calculada sobre o valor global do contrato a critério da **EMAE**.

§1º - As penalidades aqui previstas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

§2º - A multa será cobrada por meio de Notificação extrajudicial, aplicada após regular processo administrativo, que poderá ser descontada da garantia do respectivo contrato ou dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** pela **EMAE**, cabendo recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§4º - A aplicação das multas não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades prevista no art. 70 e do art. 87, ambos da lei Federal 8.666/93.

#### **CLÁUSULA 15- DA RESCISÃO**

A **EMAE** reserva-se, expressamente, ao direito de rescindir este contrato, a qualquer momento, notificando por escrito a **CONTRATADA**, sem que caiba a esta o direito a qualquer reclamação ou indenização, nas seguintes situações:

a) ficarem os serviços paralisados por mais de 48 (quarenta e oito) horas, por fatos imputáveis à **CONTRATADA**;

b) em caso da **CONTRATADA** não manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Licitação que deu origem a este Contrato.

  
**Paulo Roberto Fares**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores

Confere com minuta vistada pelo Departamento Jurídico

  
**Ricardo Daruiz Borsari**  
Diretor-Presidente



c) a inexecução total ou parcial deste contrato;

d) atrasos injustificados na execução deste contrato;

e) na falta de cumprimento, de quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato;

§1º - São aplicáveis também a este contrato as hipóteses de rescisão e suas consequências previstas nos artigos 78, 79, 80 e 87 da Lei 8.666/93 e suas modificações.

§2º - A **CONTRATADA** reconhece expressamente os direitos da **EMAE** em, rescindir administrativamente este contrato, independentemente de inadimplência ou culpa.

§3º - A abstenção do exercício de qualquer direito sob este contrato significará mera tolerância e não implicará no perdão, renúncia, alteração ou novação de quaisquer obrigações pactuadas.

#### **CLÁUSULA 16 - DA ACEITAÇÃO E DO RECEBIMENTO**

O recebimento dos serviços será feito no todo ou em parte pela **EMAE**, a seu critério, por correspondência emitida 60 (sessenta) dias após a conclusão de parte ou de todo o serviço.

**Parágrafo único** - A aceitação dos serviços por parte da **EMAE** não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade prevista nos artigos 186, 389 e 618, do Código Civil Brasileiro.

#### **CLÁUSULA 17 - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Os serviços ora contratados não poderão ser total ou parcialmente subcontratados, sendo a **CONTRATADA** responsável exclusiva pela boa execução.

#### **CLÁUSULA 18 - DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

A **CONTRATADA** deverá observar as Normas de Segurança e Saúde no Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, das Normas Regulamentares da Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho, especialmente as previstas na NR 18, e de outras disposições relacionadas com a matéria, quando aplicáveis.

#### **CLÁUSULA 19 - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

O presente contrato está vinculado ao Edital do Pregão no **AIS/AH/5045/2012** e reproduz os termos e condições da proposta vencedora.

#### **CLÁUSULA 20 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Este contrato é regido pela Lei no. 8.666/93, com suas modificações posteriores, e pela legislação vigente.

#### **CLÁUSULA 21 - DA NOVAÇÃO**

A tolerância das partes não implica em novação das obrigações assumidas neste contrato.

#### **CLÁUSULA 22 - DO SIGILO**

A **CONTRATADA** obriga-se, incondicionalmente, a manter sigilo total sobre todas e quaisquer informações obtidas na **EMAE**, direta ou indiretamente, somente podendo revelá-las a terceiros com prévia e expressa autorização da **EMAE**. A obrigação do sigilo subsistirá por tempo indeterminado, mesmo após a vigência ou rescisão deste contrato.

**Parágrafo único** - A **CONTRATADA** não poderá, a qualquer pretexto, utilizar o nome da **EMAE**, os serviços e os recursos a ela fornecidos, como forma de propaganda e/ou divulgação, sem o consentimento expresso e formal da **EMAE**.

#### **CLÁUSULA 23 - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais questões relativas a este contrato.

#### **CLÁUSULA 24 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

O Recurso Orçamentário para o pagamento da Prestação de Serviços, objeto do presente Contrato está onerando o Item Financeiro 03006 e Contas Razões 6161010113, 6161010116 e 6161010124.

Requisição: 10016139.

#### **CLÁUSULA 26 - DOS ANEXOS**

Fazem parte deste contrato, os seguintes anexos, naquilo em que não colidirem com as cláusulas deste instrumento:

**ANEXOS:**

Anexo I - Especificação Técnica

Anexo II - Planilha de Quantidades e Preços.



Paulo Roberto Fares  
Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores



Ricardo Daruiz Borsari  
Diretor-Presidente








**ÚLTIMA FOLHA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
AIS/AH/5045/01/2012**

E por se acharem justas e acordadas, as partes assinam, perante as testemunhas abaixo, o presente contrato em **DUAS** vias, de igual teor e validade, para que produza os efeitos legais.

São Paulo, 19 de Setembro de 2013

**Pela EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A.**

  
**Paulo Roberto Fares**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relações com Investidores

  
**Ricardo Daruiz Borsari**  
Diretor-Presidente

**Pela Trivale Administração Ltda.**

  
**Vanessa Ribeiro Santos**  
Analista de Mercado Público

**Testemunhas:**

  
Nome: **Salete Ferreira Gomes**  
RG: 13.853.692

  
Nome: **Vilma Pereira de Souza**  
RG: 10.720.068

